

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

65ª Reunião da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, acontecida em Brasília, DF, em 27 e 28 de setembro de 2010.

Brasília, DF, segunda-feira, 11 de outubro de 2010.

CONTRIBUIÇÃO TÉCNICA N.º 002/2010

Assunto: Princípios e diretrizes para a revisão do PNRH e da Resolução CNRH n.º 17, de 29 de maio de 2001.

A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, de caráter permanente, têm as seguintes incumbências principais:

- Acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos (alínea “a” do inciso I do artigo 2º da Resolução CNRH n.º 4, de 10 de junho de 2004, que foi publicada no DOU¹ de 24 de setembro de 1999);
- Proceder, em articulação com a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA) e apoio da Agência Nacional de Águas – ANA, a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos a cada quatro anos (Resolução CNRH n.º 58, de 30 de janeiro de 2006, que foi publicada no DOU de 8 de março de 2008);
- Propor ao CNRH minuta de resolução de atualização da Resolução CNRH n.º 17, de 29 de maio de 2001, que foi publicada no DOU de 10 de julho de 2001, e que trata da elaboração de planos de recursos hídricos.

Assim, considerando que a CTPNRH têm um papel proativo e inabdicável na revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

Considerando que todos os esforços que a SRHU/MMA desenvolveu até o momento, com apoio da ANA, para a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, foram realizados tendo a CTPNRH como agente passivo, o que não se coaduna com a Resolução CNRH n.º 58/2006;

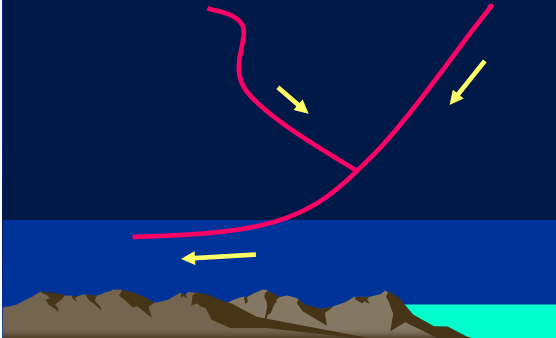
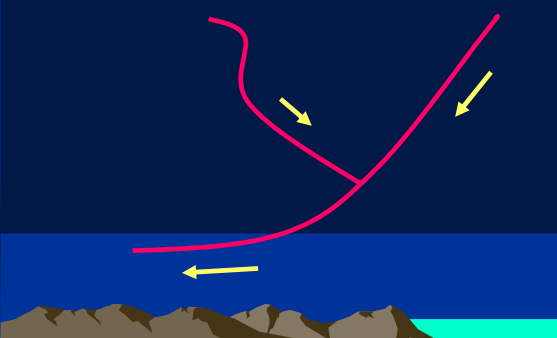
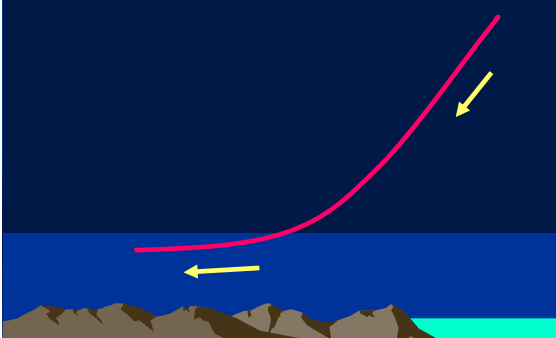

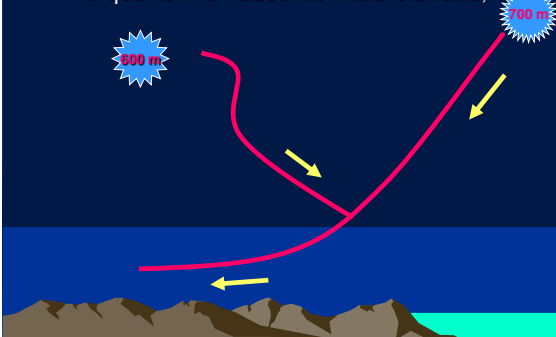
Considerando que a sociedade clama por um contundente plano nacional de recursos hídricos, **que lhe dê diretrizes para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH**, sobretudo para o funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas;

Considerando que a atualização da Resolução CNRH n.º 17/2001 pode e deve estar atrelada à resolução que vier a aprovar a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, funcionando até como uma norma introdutória, teço as considerações abaixo como contribuição aos meus pares na CTPNRH.

¹ DOU – Diário Oficial da União

1. Classificação de rios.

Em 20 de abril de 2004, na 26ª reunião da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, apresentei meus entendimentos sobre a classificação de rios e afluentes, como abaixo mostrado por suas partes principais, e fiz outras ponderações:

<p>Segundo o Aurélio, rio é:</p> <ul style="list-style-type: none">• [Do lat. rivu (riu no lat. vulg.).]• S. m. - Curso de água natural, de extensão mais ou menos considerável, que se desloca de um nível mais elevado para outro mais baixo, aumentando progressivamente seu volume até desaguar no mar, num lago, ou noutro rio, e cujas características dependem do relevo, do regime de águas, etc. (o grifo é meu)	<p>Isso é um rio?</p> 
1	2
<p>Não, é um rio e um afluente</p> 	<p>O rio será este?</p> 
3	4
<p>Ou será este outro?</p> 	<p>Poderíamos responder dizendo que o principal é o que tem a nascente mais elevada,</p> 
5	6

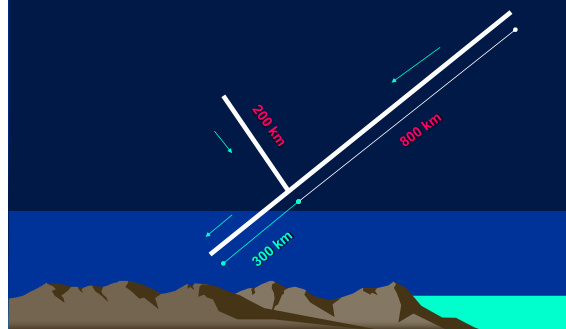
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

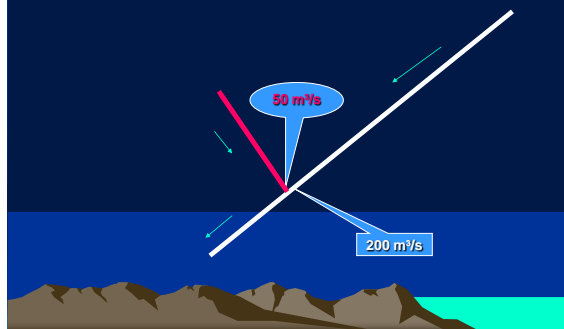
65ª Reunião da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, acontecida em Brasília, DF, em 27 e 28 de setembro de 2010.

Ou o que tem maior comprimento



7

Ou o que tem maior caudal (vazão anual média) na confluência



8

Ou o que tem maior área de drenagem



9

No Brasil, adota-se o critério das áreas de drenagem há bastante tempo, como demonstra a Portaria DENAE n.º 707, de 17 de outubro de 1994, a seguir parcialmente transcrita.

10

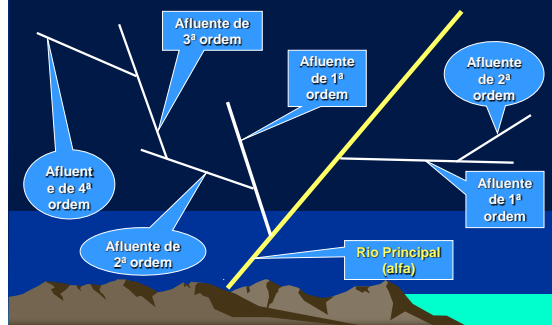
A transcrição de tal portaria aqui será omitida

11

Temos de ter um critério técnico, **não subjetivo**, para definirmos domínios (há rios federais e estaduais), assim como para sabermos a ordem dos afluentes.

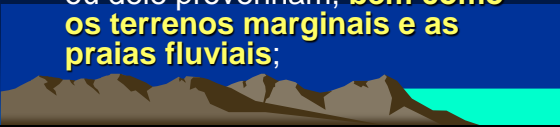


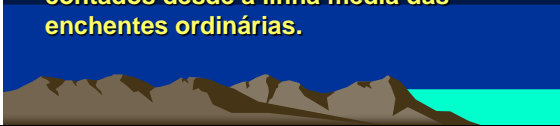


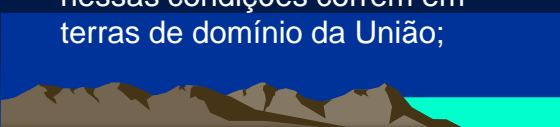


12

Ordem dos afluentes



CF, artigo 20: são bens da União:

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à **preservação ambiental**, definidas em lei;

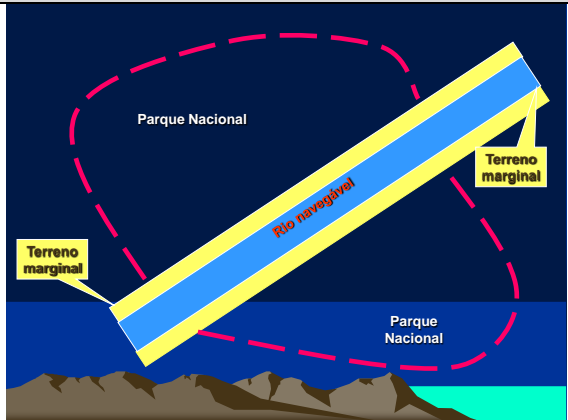
<p>13</p> <p>CF, artigo 20: são bens da União:</p> <p>III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;</p> 	<p>14</p> <p>CF, artigo 20: são bens da União:</p> <p>VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;</p> <p>XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.</p> 
<p>15</p> <p>Decreto-lei n.º 9.760, de 15 de setembro de 1946, que dispõe sobre os Bens Imóveis da União e dá outras providências.</p> <p>Art. 2º - São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar médio de 1831:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, <u>até onde se faça sentir a influência das marés</u>; • os que contornam as ilhas situadas em zona onde se façam sentir a influência das marés. 	<p>16</p> <p>Decreto-lei n.º 9.760, de 15 de setembro de 1946, que dispõe sobre os Bens Imóveis da União e dá outras providências</p> <p>Art. 4º - São terrenos marginais os que banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 (quinze) metros medidos horizontalmente para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias.</p> 
<p>17</p> <p>Vê-se que :</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Terrenos de marinha só existem em locais onde a oscilação da maré for superior a 5 cm em qualquer época do ano; 2. Todo rio tem terreno marginal, seja ele federal ou estadual; 	<p>18</p> <p>Vê-se que :</p> <ol style="list-style-type: none"> 3 Em rios sujeitos a influencia de maré os terrenos marginais terminam onde começam os terrenos de marinha, e vice-versa, longitudinalmente falando; 
<p>19</p> <p>Vê-se que :</p> <ol style="list-style-type: none"> 4 Como os terrenos de marinha são do domínio da União e como eles abrangem ambas as margens dos rios sob influência de maré, pode-se dizer que rios nessas condições correm em terras de domínio da União; 	<p>20</p> <p>Rio Itajaí-açu, rio que nasce e morre em Santa Catarina, por exemplo</p>  <p>Parte estadual, não atingida por marés superiores a 5 cm, qualquer época do ano</p> <p>Parte federal, cercada por terrenos de marinha</p> 
<p>21</p>	<p>22</p>

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

65ª Reunião da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, acontecida em Brasília, DF, em 27 e 28 de setembro de 2010.

<p>Quanto aos rios que cortam terras indígenas ou parques nacionais o mesmo não acontece, pois:</p> <ul style="list-style-type: none">• rios e terrenos marginais são tratados no inciso III, do art. 20, da Constituição Federal, ao passo que as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental e as terras indígenas, noutros incisos do mesmo artigo. Isso dá a entender que esses bens são distintos e não se confundem;	<p>Quanto aos rios que cortam terras indígenas ou parques nacionais, o mesmo não acontece, pois:</p> <ul style="list-style-type: none">• Os terrenos marginais (dos rios navegáveis) não podem deixar de ser um bem público de uso comum do povo para serem bens públicos especiais (bens de uso reservado ou restrito), sem que haja autorização legislativa (lei);
23	24
<p>Quanto aos rios que cortam terras indígenas ou parques nacionais, o mesmo não acontece, pois:</p> <ul style="list-style-type: none">• A demarcação de terras indígenas e de parques nacionais é administrativa (executada em nível de decreto). Logo, os rios navegáveis e seus terrenos marginais podem até cortar parques e reservas indígenas, mas a elas não pertencem. Eles não foram desafetados;	<p>Quanto aos rios que cortam terras indígenas ou parques nacionais, o mesmo não acontece, pois:</p> <ul style="list-style-type: none">• Os terrenos marginais de rios estaduais, além do mais, não podem ser desapropriados pela União, muito menos administrativamente;
25	26
	<p>O Slide anterior retrata o caso do rio Itacaiúnas, afluente da margem esquerda do rio Tocantins</p>
27	28

Por intermédio da Resolução ANA n.º 399, de 22 de julho de 2004, a Agência Nacional de Águas – ANA modificou a Portaria n.º 707, de 17 de outubro de 1994, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, como abaixo mostrado:

“.....

Art 1º Alterar o item 5. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA do Anexo da Portaria nº 707, de 1994, do DNAEE, que aprovou a NORMA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA BRASILEIROS

QUANTO AO DOMÍNIO – NORMA DNAEE Nº 06, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“5. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS CURSOS D’ÁGUA

5.1. Cada curso d’água, desde a sua foz até a sua nascente, será considerado como unidade indivisível, para fins de classificação quanto ao domínio.

5.2. Os sistemas hidrográficos serão estudados, examinando-se as suas correntes de água sempre de jusante para montante e iniciando-se pela identificação do seu curso principal.

5.3. Em cada confluência será considerado curso d’água principal aquele cuja bacia hidrográfica tiver a maior área de drenagem.

5.4. A determinação das áreas de drenagem será feita com base na Cartografia Sistemática Terrestre Básica.

5.5. Os braços de rios, paranás, igarapés e alagados não serão classificados em separado, uma vez que são considerados parte integrante do curso d’água principal.”

Art. 2º Ficam ratificadas as demais disposições da Portaria nº 707, de 1994, do DNAEE, não alteradas por esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....”

Parte do que eu havia sugerido à CTPNRH para classificação de rios foi adotada pela ANA, de modo autônomo, pois essas minhas sugestões não foram a ela encaminhadas pela CTPNRH, sequer por ela discutidas.

Em face da classificação de rios pode o Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH:

- ◆ Definir os Comitês de Bacia Hidrográfica de 1ª, de 2ª e de 3ª ordem, em atenção ao disposto no **caput** artigo 37 da Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e os planos de bacia hidrográfica a eles correlacionados;
- ◆ Definir comitês de bacia hidrográfica para os trechos federais de rios estaduais, como o citado caso do rio Itajaí-açu, no Estado de Santa Catarina;
- ◆ Usar a definição de terrenos marginais para definir espacialmente a calha maior dos rios navegáveis.

2. Planos de Recursos Hídricos.

2.1. Preliminares.

Os planos de recursos hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País, diz o artigo 8º da Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e deu outras providências.

Os planos de recursos hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos (artigo 6º da Lei n.º 9.433/1997).

Compete aos Comitês de Bacias Hidrográficas, no âmbito de sua área de atuação, aprovar o Plano de Recursos Hídrico da bacia (Lei n.º 9.433/1997, artigo 38, **caput**, inciso III).

Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997, artigo 35, inciso IX).

A Lei n.º 9.433/1997 pede regulamentação, nos termos do seu artigo 55.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

65ª Reunião da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, acontecida em Brasília, DF, em 27 e 28 de setembro de 2010.

Como o Decreto n.º 4.613, 11 de março de 2003, só regulamentou ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, duas hipóteses se apresentam:

- 1ª) ou a maior parte da Lei n.º 9.433/1997 ainda não estaria regulamentada;
- 2ª) ou a competência do CNRH, prevista no item VI do artigo 1º do Decreto n.º 4.613/2003 — de estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos —, pode suprir a deficiência de regulamentação.

Fico com a segunda hipótese, das acima apontadas, entendendo que o CNRH pode regulamentar, mas não inovar.

Paulo Affonso Leme Machado, conhecido ambientalista brasileiro — **RECURSOS HÍDRICOS: Direito brasileiro e internacional**. Malheiros Editores LTDA., São Paulo, SP, 2002, ISBN 85.7420.461.7 —, ao falar da abrangência dos planos de bacia hidrográfica, dos planos estaduais de recursos hídricos e do plano de recursos hídricos para o País, assim se pronunciou:

“.....
Os três planos previstos no art. 8º serão elaborados diferentemente do que tem sido praticado na Federação Brasileira. Os planos não nascerão na cúpula ou no centro, mas na base do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Essa interpretação encontra seus fundamentos no art. 1º, V e VI, da Lei 9.433/1997 e no art. 20 da Lei 8.171/1991 (Lei de Política Agrícola). **O plano fundamental é o “plano por bacia hidrográfica”, porque a bacia hidrográfica é a unidade territorial de atuação e de planejamento do Sistema Nacional e porque a gestão hídrica é descentralizada.** Assim, as prioridades de uso das águas, por exemplo, serão primeiramente procuradas em nível da bacia hidrográfica. Em seguida, fazendo-se planos estaduais, eles deverão integrar as prioridades apontadas nos planos da bacia hidrográfica. Finalmente, ao ser elaborado, o plano do País, integrar-se-ão os planos estaduais para se estabelecerem as prioridades nacionais.
Os planos estaduais não são cópias somatórias dos planos de bacias hidrográficas existentes nos Estados. Não poderão deixar de levá-los em conta, mas irão fazer a interação dos dados e das prioridades apontadas.
.....”

(os grifos são meus)

A Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, assim estabelece, no seu artigo 20:

“Art. 20. As bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais.”

Paulo Affonso Machado Leme, na sua publicação acima citada, assim leciona:

- ◆ No item 4.1.1 – A água é bem de uso comum do povo:

“.....
O domínio público da água, afirmado na Lei 9.433/1997, não transforma o Poder Público Federal e Estadual em proprietário da água, mas o torna gestor desse bem, no interesse de todos...”

- ◆ No item 4.5 – Gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos.

“.....
Não há que ser confundida a gestão das águas com a competência para le-

gislar sobre as águas. A descentralização recomendada e instaurada pela Lei 9.433/1997 foi no domínio da gestão, **pois a competência para legislar sobre as águas é matéria concernente à Constituição Federal e continua centralizada nas mãos da União**, conforme o art. 22, IV. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre águas (art. 22, parágrafo único, da CF), sendo que até agora não existe tal lei.²

.....”
(os grifos e a nota de rodapé são meus)

- ◆ No item 7.4 – Plano de Recursos Hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos.

“.....
Quando a outorga for emitida sem que tenha sido adotado o Plano de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica seria adequado que ficasse explícito, na regulamentação, que os outorgados são obrigados a adaptar suas atividades e obras ao plano superveniente, em prazos neles previstos.
.....”

2.2. Alguns comentários, questionamentos e reflexões, em face do exposto anteriormente.

2.2.1. Planos estaduais de recursos hídricos.

Com a devida vênia, a Lei n.º 9.433/1997:

- ◆ não fala em planos estaduais de recursos hídricos. Apenas, no seu artigo 8º, diz que os planos de recursos hídricos devem ser por estado, ou seja, serem espelhado por estado, o que é diferente de plano estadual de caráter diretor;
- ◆ dá a entender, no seu artigo 31, que há políticas estaduais de recursos hídricos.

Ora, se não há espaço para leis estaduais de águas no nosso ordenamento jurídico, como podemos conceber planos de recurso hídricos estaduais a ditar políticas?

Como a regulamentação da Lei n.º 9.433/1997, seja por intermédio de decreto, seja por uso das atribuições do CNRH, pode fornecer instrumentos legitimadores de políticas estaduais?

Respostas às indagações supramencionadas são simples:

- ◆ não há políticas estaduais de recursos hídricos e o artigo 31 da Lei n.º 9.433/1997 só terá sentido quando a lei complementar de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB existir;
- ◆ os planos de recursos hídricos estaduais serão meros recortes dos planos de recurso hídricos aprovados pelos comitês de bacias hidrográfica.

2.2.2. Conselhos estaduais de recursos hídricos.

Se não há leis estaduais de recursos hídricos, ou melhor, se as leis estaduais existentes não estão em consonância com a CRFB, os conselhos estaduais de recursos hídricos, assim como o Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, não têm sustentação legal em suas atuações.

Dessa sorte, deve o CNRH:

- ◆ Definir o papel dos conselhos estaduais de recursos hídricos e do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, desde suas gêneses;

² A lei complementar citada ainda não existe, ou seja, não foi promulgada até esta data

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

65ª Reunião da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, acontecida em Brasília, DF, em 27 e 28 de setembro de 2010.

- ◆ Sustar a representação desses conselhos no próprio CNRH enquanto as unidades federadas correspondentes não se adequarem à regulamentação de criação e funcionamento dos conselhos estaduais de recursos hídricos, assim como do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal;
- ◆ Editar moção dirigida ao Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil propugnando pelo ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade para cada lei estadual ou do Distrito Federal que tenha por objetivo direito sobre águas;
- ◆ Ter os planos estaduais de recursos hídricos como derivados dos planos de bacias hidrográficas.

2.2.3. Comitês de Bacia Hidrográfica.

Diz, o artigo 37 da Lei n.º 9.433/1997:

“Art. 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

- I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;
- II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou
- III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo único. A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.”

Observa-se cristalinamente, em face dos inciso I e II do **caput** do artigo 37 da Lei n.º 9.433/1997, que só pode haver comitês de bacia hidrográfica até bacias definidas por rios de terceira ordem.

O inciso III do mesmo **caput** permite o grupamento de bacias, mas sem promiscuidade dominial, em decorrência de interpretação dilargada do parágrafo único do artigo em tela.

2.2.4. Planos de Recursos Hídricos.

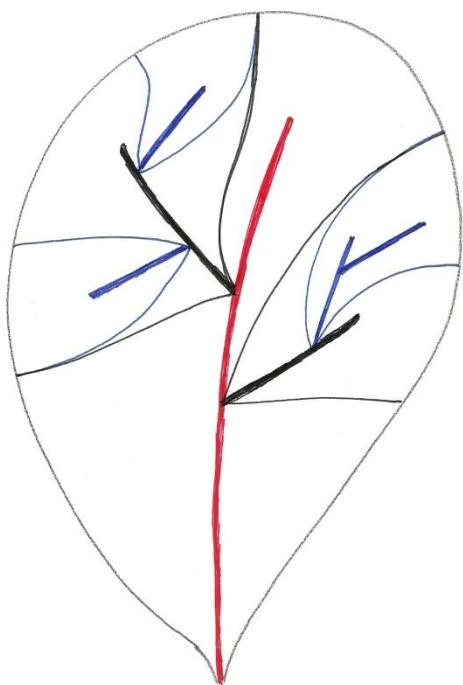
Comungando com as idéias de Paulo Affonso Leme Machado, entendo que o verdadeiro plano de recursos hídricos é o plano de bacia hidrográfica, sendo os demais dele derivados.

Podemos conceber o Plano Nacional de Recursos Hídricos como um plano indutor e iterativo, ou seja, plano de macrodiretrizes e ao mesmo tempo derivado, ficando essa parte como frutos que aquelas semearam.

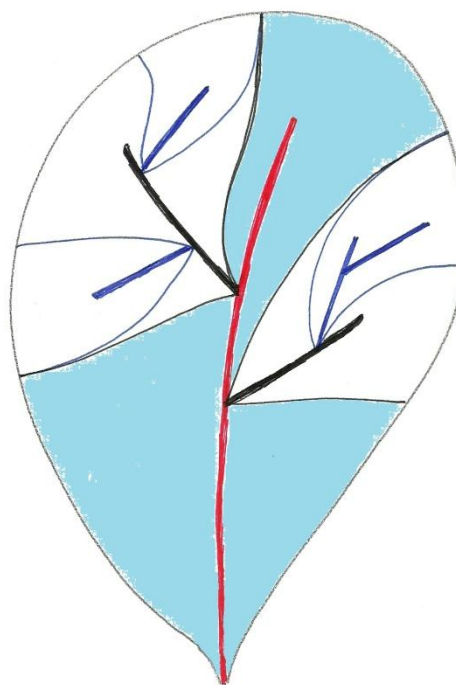
Assim, como os planos de recursos hídricos são aprovados por comitês de bacia hidrográfica, **deve haver uma estreita correlação entre os planos de recursos hídricos e os comitês de bacia hidrográfica.**

Os planos de recurso hídricos, definidos segundo a abrangência dos comitês de bacias hidrográfica, não teriam hierarquia, ficando o relacionamento entre eles disciplinado em resolução do CNRH, na resolução que introduzir o Plano Nacional de Recursos Hídricos, por exemplo.

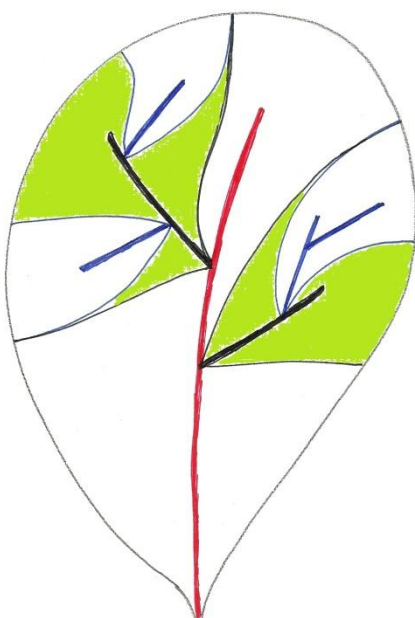
As figuras abaixo mostram uma hipotética bacia hidrográfica, dentro da divisão hidrográfica nacional, dividida em sub-bacias hidrográficas de 2ª ordem e em sub-bacias hidrográficas de 3ª ordem.



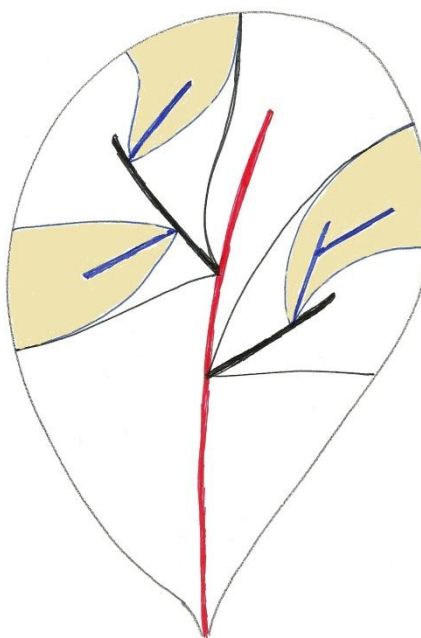
Uma hipotética bacia hidrográfica. O rio em vermelho é de 1ª ordem, os desenhados na cor preta são de 2ª ordem e os em azul são de 3ª ou de ordem superior.



A área do comitê de bacia hidrográfica de 1ª ordem é a pintada na cor azul claro. Corresponde ao conjunto complementar ao conjunto das bacias hidrográficas de 2ª ordem.



As áreas dos comitês de bacia hidrográfica de 2ª ordem são as pintadas na cor de abacate. Cada uma corresponde ao conjunto complementar das bacias hidrográficas de 3ª ordem, com relação à bacia hidrográfica de 2ª ordem em que esta se situa.



As áreas dos comitês de bacia hidrográficas de 3ª ordem são as pintadas na cor de areia.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

65ª Reunião da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, acontecida em Brasília, DF, em 27 e 28 de setembro de 2010.

A divisão proposta tem a virtude de colocar todos os comitês de uma macrobacia hidrográfica em pé de igualdade, respeitando o domínio das águas na 1ª e na 2ª ordem. Não haveria comitês de integração ou federações de comitês...

3. Conclusões.

Em face de todo o exposto, deve o CNRH, em complementação ao já anteriormente sugerido:

- ◆ Referendar a Portaria ANA 399/2004, definindo **erga omnes** o conceito de rio e de afluente;
- ◆ Definir o plano de bacia hidrográfica como o verdadeiro plano de recursos hídricos;
- ◆ Definir como uma das macrodiretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas, estes de 1ª, 2ª e 3ª ordem e sem conotações hierárquicas;
- ◆ Estabelecer o relacionamento dos comitês de bacias de 3ª ordem com o de 2ª ordem correspondente, assim como os de 2ª ordem com o de 1ª ordem associado, inspirando-se nos ditames da Convenção de Águas da ONU, de 8 de julho de 1997;
- ◆ Definir comitês de bacia hidrográfica de trechos federais de rios que nascem e morrem em unidades federadas, como o trecho baixo do rio Itajaí-açu, do Estado de Santa Catarina, e seus afluentes;
- ◆ Definir o papel dos conselhos estaduais de recursos hídricos e do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, desde suas gêneses;
- ◆ Ter os planos estaduais de recursos hídricos como derivados dos planos de bacias hidrográficas, ou sejam: planos sem diretrizes, que retratam os planos de bacias hidrográficas no recorte estadual;
- ◆ Ter o Plano Nacional de Recursos Hídricos como plano indutor dos planos de bacia hidrográfica, verdadeiros planos de recursos hídricos, e destes derivados, em suas revisões ou aperfeiçoamentos, em processo iterativo;
- ◆ Ter a revisão da Resolução CNRH n.º 17/2001 como uma oportunidade para a introdução das novidades ora evidenciadas e para o chamamento à ordem aqui expresso, em defesa do estado de direito;

Atenciosamente,

Fred Crawford Prado

Eng.º de Portos, Rios e Canais

Especialista em Infraestrutura Sênior

Representante do Ministério dos Transportes na CTPNRH